

Editorial

A Revista HISTEDBR online apresenta neste número, na parte inicial, um conjunto de artigos que abordam vários temas, entre eles: história da educação brasileira; mudança na universidade; comercialização da ciência; políticas educacionais; educação popular; pedagogia histórico-crítica; Igreja Católica; cultura escolar; docência; memória; identidade.

A segunda parte apresenta um dossiê com textos resultantes da *X Jornada do HISTEDBR "História da Educação: intelectuais, memória e política"* realizada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, entre os dias 26 e 29 de julho de 2011, com apoio do Grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil-HISTEDBR - UNICAMP, Museu Pedagógico - UESB, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

A X Jornada foi um evento especial para o HISTEDBR, pois se comemorou o seu vigésimo quinto ano de existência. Ao longo deste tempo, o grupo pautou-se na produção científica, oferecendo resultados de estudos e pesquisas de perspectiva histórica da área de Educação. A produção do grupo ao longo de sua existência tem propiciado o acúmulo de conhecimento sistemático sobre a história e a historiografia da Educação no Brasil, desvendando a educação no Brasil ao analisar os seus sujeitos, materiais, leis e representações, assim como o trabalho de organização e catalogação de fontes documentais sobre os estudos educacionais brasileiros na perspectiva histórica, filosófica e sociológica. Assim, esse grupo tem fomentado um trabalho reflexivo sobre a História da Educação, que abre espaço aos diversos saberes, análises, consolidando, com isso, cada vez mais o saber científico sobre a referida temática.

A seção de artigos inicia com o texto de João dos Reis Silva Júnior e Daniel Schugurenski, com o título: *Trabalho do professor na universidade brasileira: hegemonia e neoamericanismo*, busca contribuir para a compreensão das mudanças estruturais em curso no Brasil e suas consequências para a vida do intelectual pesquisador da universidade estatal e para a natureza de seu trabalho cada vez mais comercializável.

No texto *Educação e nacional-desenvolvimentismo: articulações e confrontos entre concepções e pedagogias antagônicas (1946-1964)*, José Claudinei Lombardi aborda as articulações e confrontos entre pedagogias no período denominado de “nacional desenvolvimentista” (1945-1964), no qual ocorreu grande expansão das instituições escolares, com ampliação das vagas; acirramento do embate entre defensores da escola pública versus escola privada; mudanças no disciplinamento legal da educação, criação de vários órgãos e instituições voltados à pesquisa e à modernização educacional e florescimento de inúmeros movimentos culturais e educacionais populares.

Nicholas Davies em *A política educacional nos governos do PT: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB?* pretende examinar semelhanças e diferenças das políticas educacionais dos governos federais do PT de 2003 a 2014 e do PSDB de 1995 a 2002 e conclui que são muito similares.

O artigo A pedagogia histórico-crítica e a atualidade do trabalho como princípio educativo: apontamentos para a prática revolucionária na educação popular de Marcos Roberto Lima discute as reformas educacionais das últimas décadas, que têm se caracterizado pela instrumentalização de categorias e conceitos caros ao marxismo, ofuscando a compreensão dos conflitos sociais fundamentados nas relações sociais de produção.

Em *Cultura escolar e cultura urbana na Salvador do pós-abolição, 1888-1906*, Ian Andrade Cavalcante busca contribuir com reflexões acerca da relação entre a cultura escolar e a cultura urbana, na cidade do Salvador no período em destaque.

Jane Bezerra Sousa em *De mestre-escola a professora pública: a história de vida de Maria Pureza Cardoso Araújo (1920 A 2013)* analisa a história da profissão docente no Piauí, por meio do registro de vida da professora Maria Pureza Cardoso Araújo.

Neiva Senaide Petry Panozzo, Andréia Morés apresentam, em *Memórias de educadores nos 50 anos do curso de pedagogia da UCS*, os processos de formação docente construídos durante os 50 anos do curso de Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul.

Em *o percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979* Márcia Cossetin e Angela Mara de Barros Lara apresentam o percurso histórico de construção das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil no período de 1920 a 1979,

Érica Myeko Ohara Itoda e Marcília Rosa Periotto em *O rei pasmado e a rainha nua: o cinema como fonte para a história da educação* apresentam uma análise histórica e filosófica do filme *O Rei Pasmado e a Rainha Nua* (1991) que narra as questões históricas do século XVII e a conexão que mantém com a história da educação na medida em que a nova época produzia os conteúdos educativos necessários ao processo transformador em curso.

O Dossiê da X Jornada do HISTEDBR inicia com o artigo de Dermeval Saviani intitulado *Intelectuais, Memória e Política*, que apresenta sob a ótica gramsciana, uma síntese em que situa o conceito de intelectual, no sentido amplo e estrito, cuja função sócio-histórica está marcada por uma relação política, econômica e cultural. Ele destaca a importância do intelectual para a construção da memória coletiva, isto é, ao representar e elaborar organicamente os interesses de classe em que faz parte, “os intelectuais concentram a memória coletiva de sua classe no ato mesmo em que se veem como encarnando a memória do conjunto da humanidade”. Conclui apresentando o desafio de formar intelectuais orgânicos da classe subalterna “em vista de construir um novo bloco histórico cimentado pela hegemonia da concepção de mundo correspondente aos interesses dos trabalhadores”.

Sergio Castanho em *Memória, História e Educação* revisita os conceitos de memória individual e coletiva, história e educação, “para então estabelecer entre eles os necessários nexos, interseções, os entrecruzamentos e as possibilidades de cooperação”. Neste sentido, a História da Educação, segundo o autor, ganha legitimidade justamente na medida em que se articula com a totalidade histórica; tal totalidade possui uma determinação geral não ocultável, que é a da produção material da existência humana.

O texto *História, Memória e Educação: relações consensuais e contraditórias* de Livia Diana Rocha Magalhães tece uma relação entre história, memória e educação com o desafio de estabelecer um diálogo a partir da dialética marxista, notadamente a categoria de totalidade; do sociólogo Halbwachs, com o conceito memória coletiva; e do historiador Aróstegui, com sua distinção conceitual de história e de memória. Com esse respaldo analítico, a professora Livia afirma que “a memória da educação pode permitir discutir a história dos grupos e da sociedade que compõem o pensar e o fazer educacional, os compartilhamentos de tempos, espaços, situações econômicas, comuns e distintas em sua dialética concreta, aludindo a problemas em sua manifestação real”.

Em *As Pesquisas com Intelectuais em História da Educação: um campo profícuo*, os autores Maria Cristina Gomes Machado, Antonio Marcos Dorigão e Gizeli Fermino Coelho traçam uma discussão em que buscam, primeiramente, as definições de história e historiografia da educação, para analisarem, em seguida, “o papel do intelectual na sociedade e o tratamento dado na elaboração de estudos sobre a produção e atuação destes atores sociais na história da educação, com base na obra dos intelectuais do século XX”.

No artigo *Memória, Educação e Trabalho no Processo de Reprodução da Sociedade do Capital*, José Rubens Mascarenhas de Almeida e Ana Elizabeth Santos Alves propõem uma discussão em que a relação trabalho e educação no mundo capitalista provoca fenômenos sociais como a memória e a ideologia. A educação, para os referidos autores, é concebida na ótica ontológica do trabalho como forma de produção e reprodução do capital em que a memória, “problematizada nas experiências do passado, rememorada por meio das relações cotidianas vividas na rotina da nova sociedade do capital, é concebida como construto social, o que implica entendê-la como permeada de práticas sociais ideologizadas, visto que são produzidas e reproduzidas no seio de determinada formação social e regida por, também determinadas, relações sociais”.

Em *História da Educação na Bahia: notas preliminares para compreensão do tradicionalismo na educação brasileira*, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Paula Ruas Ferreira, Daniella Miranda Santos, Camila Nunes Duarte Silveira e Maria Cleidiana Oliveira de Almeida delinham a educação baiana por períodos históricos, que vai do século XVI ao XVIII, abarcando vários eventos, como as primeiras instalações das ordens religiosas, dos colégios, o surgimento da organização dos jesuítas e a expulsão dos mesmos; em seguida, advém a implantação de um novo modelo cultural que permanece até o início do século XIX. Ademais a esta vertente cronológica, as autoras indica uma divisão da História da Educação, igualmente, por tipos distintos de educação, segundo o lugar social de cada educando.

A proposta de Raimunda Alves Moreira de Assis, no texto *A Educação na Bahia: Percorso Histórico da Educação na Região Cacaueira*, é de analisar o ensino na chamada Região Cacaueira, no Sul da Bahia. Ela demarca fases históricas em que a educação se desenvolve em seu aspecto organizacional e funcional. Assim, a primeira fase (1906 a 1930) é caracterizada pela organização e evolução do sistema de ensino primário. Na segunda fase (1930 a 1945), as mudanças educacionais foram demarcadas pela ampliação do nível de ensino. Quanto ao Ensino Superior na região, inicia-se na década de 1960, com a implantação da Faculdade de Direito de Ilhéus e a Faculdade de Filosofia e Ciências Econômicas de Itabuna, que em 1991 foram incorporadas ao quadro das escolas públicas de 3º grau do Estado da Bahia, pela Lei 6.344, sendo denominada Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

O texto *História e Historiografia da educação: a Bahia e suas conexões com os estudos regionais e nacionais* de Jaci Maria Ferraz de Menezes faz um itinerário para mostrar um conjunto de evidências que permite recompor um esquema, no tempo e no espaço, sobre a pesquisa em Educação Brasileira e Baiana. Jaci Menezes apresenta o percurso e alguns resultados de pesquisa sobre História da Educação na Bahia que podem servir para entender o trabalho do pesquisador da História da Educação, as ferramentas que usa e a construção da documentação de base para o seu trabalho, assim como a importância de vários institutos e organismos de pesquisa que contribuíram ao longo do tempo para o desenvolvimento do estudo da história e da historiografia da Educação Brasileira e Baiana.

Ainda problematizando a educação na Bahia, Isabel Cristina de Jesus Brandão analisa no texto *Métodos para a instrução da criança na Província da Bahia durante o Império*, que o projeto de instrução que se desenvolvia na escola primária tinha como objetivo principal a moralização das crianças, por meio da qual se buscava formar um indivíduo que atendesse a uma sociedade em pleno desenvolvimento da burguesia e expansão do sistema capitalista, que exigia um povo civilizado de acordo com o modelo europeu de sociedade e civilização que definia os padrões da época.

Em *Políticas Públicas e Políticas Educacionais: percursos históricos, interfaces e contradições das produções na década de 2000*, as autoras Antônia Almeida Silva, Elisângela Alves da Silva Scaff e Márcia Aparecida Jacomini apontam as possíveis mudanças na tradição metodológica da área de Políticas Educacionais, confrontando os elementos constitutivos da produção difundida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional, entre 2000 e 2010, com os que sobressaíram em estudos anteriores.

O artigo intitulado *Currículo de História: experiência, concepções e prática docente* de Eleuza Diana Almeida Tavares e Maria Cristina Dantas Pina analisa as concepções de professores de história sobre seu ofício, particularmente suas ideias sobre história, conhecimento escolar e currículo, com objetivo de entender as conexões entre essas concepções e sua prática em sala de aula. Colocando em diálogo, a partir das falas dos professores, as relações entre as regulações ordenadoras do currículo e o ensino para o gerenciamento da vida.

Por fim, o texto *Mitologia Afro-Baiana: possibilidade de uma prática pedagógica* de Nilson Carvalho Crusoé Júnior, Nilma Margarida de Castro Crusoé e Cecília Conceição Moreira Soares elenca elementos contextuais que podem servir de ferramentas para que professores possam trabalhar com novas abordagens pedagógicas e perspectivas ideológicas distintas das tradicionais. Aponta a valorização do papel simbólico e estético da mitologia em geral, como sendo de importância cabal para a formação de educandos críticos e sensíveis às transformações sociais.

Esperamos que este número da revista Histedbr contribua para o debate sobre os grandes temas da História da Educação que os autores ora oferecem.

Os organizadores
Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Dantas Pina
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof. Dr. Wilson da Silva Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Coordenação Nacional do Histedbr